

**ESTATUTO SOCIAL DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAJAÍ E LITORAL CATARINENSE – Sicredi Vale Litoral SC**

**CNPJ Nº 10.348.181/0001-03**

**NIRE Nº 42400021824**

**CAPÍTULO I**

**DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, ÁREA DE AÇÃO, PRAZO DE DURAÇÃO E INTEGRAÇÃO AO SICREDI**

**Seção I**

**Denominação, Sede, Foro, Área de Ação e Prazo de Duração**

**Art. 1º** A Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC, constituída na assembleia geral de 14 de maio de 2008, é uma instituição financeira, sociedade cooperativa, sem fins lucrativos e de responsabilidade limitada, regida pela legislação vigente e por este Estatuto Social, tendo:

I - sede, administração e foro jurídico em Itapema, localizada na Rua 452, nº 81, Esquina Marginal Oeste, Bairro Leopoldo Zaring, CEP 88.220-000, neste Estado de Santa Catarina;

II - área de ação, sempre referendada pela Central Sicredi Sul/Sudeste, circunscrita aos municípios Apiúna, Acurra, Balneário Camboriú, Benedito Novo, Blumenau, Bombinhas, Botuverá, Brusque, Camboriú, Canelinha, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Ilhota, Indaial, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Major Gercino, Navegantes, Nova Trento, Pomerode, Porto Belo, Rio dos Cedros, Rodeio, São João Batista, Tijucas, Timbó, todos no Estado de Santa Catarina;

III - prazo de duração indeterminado.

**Seção II**

**Integração ao Sicredi**

**Art. 2º** A Sociedade, ao filiar-se à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste, doravante denominada “Central”, integra, com esta e as demais filiadas, o Sicredi – Sistema de Crédito Cooperativo, regendo-se, também, pelos seus normativos.

§ 1º O Sistema de Crédito Cooperativo – Sicredi ou Sistema é o conjunto de Cooperativas de Crédito singulares, suas respectivas Cooperativas Centrais, a Confederação das Cooperativas do Sicredi (Confederação Sicredi), a Sicredi Participações S/A (SicrediPar) e todas as pessoas jurídicas das quais essas participam direta ou indiretamente, a Fundação de Desenvolvimento Educacional e Cultural do Sistema de Crédito Cooperativo (Fundação Sicredi) e a Sicredi Fundos Garantidores (SFG).

§ 2º A Cooperativa somente poderá desfiliar-se da Central Sicredi Sul/Sudeste, por sua iniciativa ou da própria Central, quando estiver enquadrada nos limites operacionais estabelecidos pela legislação em vigor.

§ 3º A desfiliação da Cooperativa, por sua iniciativa, depende ainda da concordância:

I - da maioria de seus associados, para tornar-se independente;

II - da maioria dos associados votantes que represente, no mínimo, 1/3 (um terço) dos associados, para filiar-se a outra cooperativa central de crédito.



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=c104zzFt0JZc4y18vCN8lw&chave2=Ug8cwwspH\_-ckGj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 01105637000-RENATO DE MELLO VIERO|91937060900-ARAJO JOAO DA SILVA NETO



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício



26/05/2023

§4º Nas hipóteses previstas nos parágrafos 2º e 3º acima, fica assegurada a participação e a manifestação da respectiva Central em todas as etapas do procedimento.

§ 5º O ingresso e a permanência da Cooperativa no Sistema, bem como o uso da marca Sicredi, estão condicionados à observância, em especial:

I - das normas sistêmicas sobre o uso da marca, a participação em fundos garantidores e a implantação dos programas Crescer e Pertencer, de acordo com normativo próprio;

II - dos limites relativos à solidez patrimonial e de liquidez, nos termos da regulamentação oficial e de conformidade com os padrões internamente definidos pelo Sistema;

III - da regulamentação oficial e normativos internos do Sicredi.

§ 6º O descumprimento de qualquer das exigências de que tratam os incisos I a III do parágrafo anterior resultará na aplicação de ações e sanções previstas no Regimento Interno do Sicredi (RIS), sem prejuízo da sujeição a outras sanções previstas em lei.

§ 7º A Central, sempre que entender necessário, implantará regime de cogestão na Cooperativa, em caráter temporário e mediante celebração de convênio, visando a assisti-la para sanar irregularidades ou em caso de risco para a solidez da própria sociedade ou da solidez e/ou imagem do Sistema Sicredi, nos termos da legislação em vigor e dos normativos internos.

§ 8º A filiação à Central importa, automaticamente, em solidariedade da Cooperativa, nos termos do Código Civil Brasileiro, limitada ao seu patrimônio, em relação:

I - às obrigações pela participação no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis;

II - às obrigações contraídas por movimentações na conta reservas bancárias, acessada por meio do Banco Sicredi, e a utilização de linhas de liquidez;

III - aos empréstimos contraídos pela Central e pelo Banco Sicredi, com a finalidade de financiar atividades dos associados da Cooperativa ou do conjunto das demais filiadas.

§ 9º A integração ao Sicredi implica, também, responsabilidade subsidiária da Cooperativa, em relação aos empréstimos mencionados no § 8º deste artigo, quando os beneficiários dos recursos forem associados de cooperativas singulares filiadas a outras cooperativas centrais integrantes do Sicredi.

§ 10. A responsabilidade prevista no parágrafo anterior somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a da própria Cooperativa a que estiverem associados os beneficiários dos recursos e a da respectiva Central.

§ 11. A Central deverá supervisionar o funcionamento da filiada, com vistas ao cumprimento da legislação e regulamentação em vigor e também das normas próprias do Sicredi, podendo examinar livros e registros contábeis e outros papéis, documentos e informações/dados relacionados com as suas atividades, e manter à disposição do Banco Central do Brasil, ou mesmo encaminhar prontamente a este, se motivos graves ou urgentes o determinarem, os relatórios que decorrerem da verificação.

§ 12. A corresponsabilidade prevista nos §§ 8º e 9º deste artigo, mais as contribuições financeiras destinadas aos fundos da Sicredi Fundos Garantidores, em conformidade com os normativos próprios, compõem sistema de garantias recíprocas.

§ 13. À Central Sicredi Sul/Sudeste como coordenadora das ações do Sistema em sua área de atuação, bem como à Confederação Sicredi, formada pelas cooperativas centrais integrantes do Sicredi, ficam outorgados poderes de representação, notadamente para tratativas junto a empresas e entidades, inclusive integrantes do próprio Sicredi, órgãos e autoridades governamentais.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

§ 14. A expressão "legislação" compreende as leis, os decretos e as normas jurídicas reguladoras e complementares.

## **CAPÍTULO II**

### **DO OBJETO SOCIAL**

**Art. 3º** A Cooperativa tem como objeto social:

I - praticar as operações próprias de cooperativas de crédito, inclusive financiamento habitacional, de acordo com a legislação e regulamentação vigentes;

II - propiciar aos seus associados, inclusive mediante convênio com entidade pública ou privada, nos termos da regulamentação vigente, o acesso a produtos de seguros, planos de previdência, consórcios, emissão e aquisição de cartões e outros meios de pagamento, compensação de cheques e outros papéis, crédito com recursos oficiais ou repassados por outras instituições financeiras, câmbio, poupança, fundos e clubes de investimento, e qualquer outro produto e serviço financeiro e não financeiro, não vedado pela legislação vigente;

III - desenvolver e implementar programas educacionais, de pesquisa, de ensino e de desenvolvimento institucional, dentre outros, que tenham como objeto a prática do cooperativismo, do empreendedorismo, da cidadania, do desenvolvimento sustentável e de outros valores universais.

§1º Em todos os aspectos de suas atividades serão rigorosamente observados os princípios da neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social.

§2º A cooperativa poderá, a seu critério, disponibilizar a não associados todos os produtos e serviços financeiros e não financeiros permitidos ou não vedados pela legislação vigente, inclusive serviços de pagamento nas modalidades de credenciador e de iniciador de transação de pagamento.

**Art. 4º** A Cooperativa pode, ainda, nos limites da legislação, regulamentação e das normas sistêmicas, participar do capital de outras empresas ou entidades do Sistema, assim como valer-se dos serviços da Central e das demais entidades integrantes do Sicredi, especialmente em relação àquelas atividades que possam ser organizadas em comum com o objetivo de ganho de escala.

Parágrafo único. A Cooperativa também poderá participar de outras empresas ou entidades, não integrantes do Sistema Sicredi, inclusive de natureza não cooperativa, com vistas ao atendimento de propósitos complementares ou acessórios, no interesse do quadro social e da comunidade, observados os normativos internos e a legislação vigente.

## **CAPÍTULO III**

### **DOS ASSOCIADOS: COMPOSIÇÃO, CONDIÇÕES DE ADMISSÃO, DIREITOS, DEVERES, RESPONSABILIDADES E FORMAS DE DESLIGAMENTO**

#### **Seção I**

##### **Composição e Condições de Admissão**

**Art. 5º** Podem ser associados da Cooperativa as pessoas que concordem com este Estatuto Social, preencham as condições aqui estabelecidas e sejam:

I - pessoas físicas que residam ou exerçam atividade na área de ação da Cooperativa;

II - pessoas jurídicas estabelecidas na área de ação da Cooperativa, inclusive seus administradores e sócios;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

III - entes despersonalizados estabelecidos na área de ação da Cooperativa;

IV - pessoas físicas que tenham vínculo com a cooperativa ou com algum de seus associados, independentemente do local onde residam ou exerçam atividade;

V - outras pessoas jurídicas e entes despersonalizados que tenham vínculo com a cooperativa ou com algum de seus associados, independentemente do local onde estejam estabelecidas;

VI - pais, cônjuge ou companheiro (a), viúvo (a), filho (a), dependente legal de associado ou pensionista de associado falecido, independentemente do local onde residam ou exerçam atividade;

VII – pessoas físicas, jurídicas e entes despersonalizados que residam ou estejam estabelecidas dentro da área de ação da Central Sicredi Sul/Sudeste, excluídos, para esta hipótese, os municípios que estejam na área de ação de cooperativas filiadas à outra Central.

§ 1º O número de associados, salvo impossibilidade técnica de atendimento, é ilimitado quanto ao máximo, não podendo ser inferior a 20 (vinte).

§ 2º Para adquirir a qualidade de associado, o (a) interessado (a) deverá propor a sua admissão, integralizar o número de quotas-partes mínimas previstas no §2º do art. 12 e aceitar os direitos e obrigações decorrentes deste Estatuto.

§ 3º Não serão admitidos no quadro social da Cooperativa e nem nele poderão permanecer, além das hipóteses previstas na legislação e observando o disposto no §2º do art. 11 deste Estatuto Social:

I - aquele que, em suas atividades principais, exerça efetiva concorrência com as atividades principais da Cooperativa;

II - aquele que exercer atividades que contrariem os objetivos da Cooperativa ou que com eles colidam;

III - aquele que tenha perdido o vínculo de emprego com a Cooperativa por justa causa;

IV - aquele que deixar de efetuar pagamento de obrigações assumidas junto à Cooperativa por mais de 180 (cento e oitenta) dias;

V - aquele que causar prejuízos de qualquer natureza à Cooperativa ou ao Sicredi;

VI - aquele que deixar de operar com a Cooperativa, ou por meio dela, por mais de 180 (cento e oitenta) dias;

VII - aquele que realizar movimentação de valores incompatível com sua capacidade financeira ou atividades declaradas, quando evidenciado;

VIII - aquele que prestar informações inconsistentes, ou inverídicas, inclusive por meio de documento público ou particular, ou omitir informações cadastrais e/ou outras que poderiam alterar as condições de associação;

IX - aquele que movimentar valores oriundos de atividades consideradas irregulares ou ilícitas, nos termos da legislação em vigor;

X - aquele que infringir obrigações contratuais de produtos e/ou serviços contratados no Sicredi;

XI - aquele que possuir informações cadastrais irregulares ou desatualizadas.

§ 4º Para fins do disposto nos incisos IV e V do art. 5º, consideram-se vínculos as relações contratuais, societárias, trabalhistas, institucionais, associativas e de parentesco.

## Seção II



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

## **Direitos**

### **Art. 6º** São direitos dos associados:

- I - participar nas reuniões e assembleias de núcleo e, por meio de delegados, nas assembleias gerais, discutindo e votando os assuntos que forem tratados;
- II - votar e ser votado para cargos eletivos na Cooperativa, observadas as condições e requisitos estabelecidos na legislação aplicável, neste estatuto e nos normativos internos;
- III - utilizar-se das operações e serviços quando ofertados pela Cooperativa e/ou pelo Sistema, cuja remuneração e preços, quando não definidos em normas oficiais, são fixados de acordo com as regras aprovadas pela Cooperativa e/ou pelo Sistema;
- IV - propor ao Conselho de Administração mudanças estatutárias e normativas internas, bem como a adoção de providências de interesse da Cooperativa ou do Sicredi, inclusive em decorrência de eventual irregularidade verificada na gestão da Sociedade ou de infração normativo-estatutária cometida por associado;
- V - propor ao Conselho de Administração, previamente à publicação do edital de convocação da assembleia, mediante solicitação de 5% (cinco por cento) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, quaisquer assuntos de interesse da Sociedade para serem discutidos e deliberados em assembleia geral;
- VI - ter acesso aos normativos internos da Cooperativa e do Sistema, aprovados em Assembleia Geral;
- VII - ter acesso, examinar e obter informações sobre as demonstrações financeiras do exercício a serem submetidas à assembleia geral;
- VIII - demitir-se da Cooperativa quando lhe convier.

## **Seção III**

### **Deveres**

### **Art. 7º** São deveres dos associados:

- I - cumprir as disposições legais, deste Estatuto, e os demais normativos internos do Sistema;
- II - operar regularmente com a Cooperativa, cumprindo pontualmente as obrigações e demais compromissos assumidos com a cooperativa ou por meio dela;
- III - integralizar as quotas-partes de capital subscritas;
- IV - preferencialmente, investir suas economias na Cooperativa e com ela realizar suas operações financeiras em geral;
- V - não praticar, dentro e fora da Cooperativa, atividade que caracterize discriminação de qualquer ordem;
- VI - manter, dentro da cooperativa e nos eventos por ela organizados, a neutralidade política e ter sempre em vista que a cooperação é de interesse comum, sobrepondo-se aos interesses individuais;
- VII - manter atualizadas as informações cadastrais.

Parágrafo único. A demissão, a eliminação ou a exclusão do associado implica no vencimento antecipado de todas as suas obrigações contraídas com a Cooperativa ou com outras entidades integrantes do Sicredi, a critério da Cooperativa.

## **Seção IV**



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

## **Responsabilidades**

**Art. 8º** Os associados, sem embargo do disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, respondem subsidiariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes integralizadas e pelo valor dos prejuízos verificados nessas operações proporcionalmente a sua participação, conforme fórmula de cálculo aprovada pela assembleia geral, perdurando a responsabilidade mesmo nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, até a data em que forem aprovadas pela assembleia geral as contas do exercício em que se deu o desligamento.

§ 1º A responsabilidade dos associados, na forma da legislação aplicável, somente poderá ser invocada depois de judicialmente exigida a da Cooperativa, salvo nas hipóteses dos §§ 2º e 3º seguintes.

§ 2º Os associados respondem solidariamente, até o limite do valor das quotas-partes subscritas, pelas obrigações contraídas pela Cooperativa em decorrência de sua participação no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis, incluindo os débitos na conta de Reservas Bancárias e os oriundos da utilização de linhas de liquidez.

§ 3º De forma ilimitada, com o seu patrimônio pessoal, responderão os associados que, por ação ou omissão, dolosa ou culposa, causarem prejuízo material ou moral à Cooperativa.

## **Seção V**

### **Formas de Desligamento**

#### **Subseção I**

##### **Demissão**

**Art. 9º** A demissão do associado ocorre ao seu pedido e não poderá ser negada.

#### **Subseção II**

##### **Eliminação**

**Art. 10.** A eliminação de associado será decidida pelo Conselho de Administração da Cooperativa e o motivo deverá constar em seus registros, em virtude de:

I - Infração à legislação em vigor ou ao Estatuto, quando não aplicável a sua exclusão;

II - se o associado deixar de cumprir pontualmente as obrigações e demais compromissos assumidos com a Cooperativa por até 179 (cento e setenta e nove) dias;

III - infração aos normativos internos do Sicredi;

IV - prática de atos que caracterizem gestão temerária ou fraudulenta, enquanto conselheiro de administração ou diretor.

§ 1º Poderão ser eliminados, também, a critério do Conselho de Administração, os associados que exercerem qualquer atividade prejudicial à Cooperativa, agirem com má-fé, abuso de direito ou com o intuito de prejudicar a Cooperativa.

§ 2º A eliminação será precedida de notificação ao associado para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente ao Conselho de Administração as razões que, no seu entender, desqualificam a infração ou o ato que fundamentou a notificação. O Conselho de Administração, em igual prazo ou na primeira reunião que se seguir, apreciará as razões apresentadas e comunicará ao associado a sua decisão, acolhendo as razões apresentadas ou eliminando-o do quadro social, na forma desta Subseção.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

§ 3º A Cooperativa comunicará a eliminação ao associado com a indicação do motivo dentro de 30 (trinta) dias de sua ocorrência, que poderá ser por meio físico ou eletrônico.

§ 4º O associado eliminado poderá interpor recurso no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação da eliminação, observado o art. 51 deste Estatuto, com efeito suspensivo à primeira assembleia geral que se realizar.

§ 5º Quando algum conselheiro ou diretor incorrer no disposto no inciso III do caput deste artigo, o Conselho de Administração, após apuradas as infrações, que constarão de relatório específico, notificará o investigado/infrator, podendo suspendê-lo ou afastá-lo, conforme o caso, preventivamente das suas funções, enquanto perdurar a investigação, dando-lhe conhecimento das verificações feitas, para que no prazo de 15 (quinze) dias apresente suas razões de defesa, as quais serão apreciadas pelo Conselho em igual prazo ou em sua próxima reunião.

§ 6º No caso do § 5º, o Conselho de Administração poderá solicitar informações complementares, fixando o prazo para sua apresentação, e, após análise destas, dependendo da gravidade da infração, poderá advertir o infrator, convocar reunião do Conselho de Administração para deliberar sobre a eliminação ou assembleia geral para deliberar sobre a destituição, conforme o caso.

§ 7º A decisão pela eliminação do associado, excetuadas as hipóteses dos §§ 5º e 6º deste artigo, poderá ser delegada para a Diretoria Executiva.

### **Subseção III**

#### **Exclusão**

**Art. 11.** A exclusão do quadro social ocorre por:

I - dissolução da pessoa jurídica;

II - morte da pessoa física;

III - perda da capacidade civil não suprida;

IV - deixar de atender aos requisitos estatutários de ingresso ou permanência na cooperativa previstos no art. 5º, §3º, deste Estatuto.

§ 1º A alteração das condições de admissão posterior à associação não será considerada como perda de requisito estatutário de ingresso ou permanência na Cooperativa.

§ 2º A exclusão com fundamento nas disposições do § 3º do artigo 5º deste Estatuto será decidida pelo Conselho de Administração, podendo esse delegar a decisão à Diretoria Executiva.

## **CAPÍTULO IV**

### **DO CAPITAL SOCIAL: FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE RETIRADA**

**Art. 12.** O capital social é ilimitado quanto ao máximo e variável conforme o número de quotas-partes subscritas, prevalecendo, quanto ao mínimo, o valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais), devendo ser integralizado em moeda corrente.

§ 1º O capital social é dividido em quotas-partes de valor de R\$ 1,00 (um Real).

§ 2º Ao ingressar na Cooperativa, e para nela permanecer, o associado deverá subscrever e integralizar, no mínimo, 5 (Cinco) quotas-partes.

§ 3º A solicitação de reingresso do associado demitido, eliminado ou excluído do quadro social será analisada pelo Conselho de Administração, podendo delegar para a Diretoria Executiva, ao qual



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023



cabará definir o número de quotas a serem subscritas e integralizadas para a concretização da sua readmissão.

§ 4º A assembleia geral, mediante proposição do Conselho de Administração da Cooperativa, e sem prejuízo das subscrições e integralizações voluntárias, inclusive vinculadas à composição do limite de crédito de cada associado, poderá, ainda, estipular que, extraordinariamente, os associados subscrevam e integralizem novas quotas-partes de capital, definindo, inclusive, a forma, o valor e a periodicidade das subscrições e integralizações.

§ 5º Nas integralizações de capital, salvo a descrita no § 2º deste artigo, admitir-se-á a subscrição e integralização mensal, a critério do Conselho de Administração, inclusive por meio de desconto em folha de pagamento ou débito em conta de depósitos.

§ 6º A quota-parte é indivisível e intransferível a não associados, sendo que sua subscrição, realização, transferência ou restituição será registrada no Livro, Ficha de Matrícula ou em seu respectivo registro eletrônico, observando-se que nenhum associado poderá deter mais de 1/3 (um terço) do total das quotas.

§ 7º As quotas-partes do capital integralizado respondem sempre como garantia pelas obrigações que o associado assumir com a Cooperativa, sendo vedado dá-las em garantia para outros associados ou terceiros.

§ 8º As quotas-partes do capital são impenhoráveis.

§ 9º Nos casos de demissão, eliminação ou exclusão, restituir-se-á o capital integralizado, acrescentadas as sobras ou deduzidas as perdas do correspondente exercício social, observado o disposto no Capítulo VIII deste Estatuto Social.

§ 10. A restituição de que trata o parágrafo anterior será feita em até 30 (trinta) dias após a aprovação, pela assembleia geral, do balanço do exercício financeiro em que ocorreu o desligamento, admitido o parcelamento do pagamento pela Cooperativa, a iniciar no mesmo prazo, em até 5 (cinco) anos, a critério do Conselho de Administração, ponderadas, para tanto, as condições financeiras e patrimoniais da Cooperativa, respeitando como parâmetros especiais o nível de reservas da Sociedade e o enquadramento desta em todos os limites patrimoniais exigidos pela legislação em vigor.

§ 11. As parcelas de que trata o parágrafo anterior, a contar da data da primeira liberação e até o dia em que forem colocadas à disposição do interessado, serão atualizadas mediante utilização de índice de preços oficial a ser definido pelo Conselho de Administração da Cooperativa, respeitada a indicação sistêmica.

§ 12. O Capital Social poderá ser restituído ao associado desligado, antes da realização da assembleia geral referida no § 10 deste artigo, desde que:

I - o resultado parcial do exercício em que se der o desligamento apresente sobras;

II - não existam perdas a compensar com sobras futuras; e

III - sejam ponderadas as condições financeiras e patrimoniais da Cooperativa, respeitando o enquadramento desta em todos os limites patrimoniais exigidos pela legislação em vigor.

§ 13. O associado, pessoa física, que atingir a idade de 65 (sessenta e cinco) anos e, cumulativamente, integrar o quadro social da Cooperativa há, no mínimo, 10 (dez) anos ou aposentar-se por invalidez, poderá, excepcionalmente, submeter ao Conselho de Administração solicitação de retirada de até 50% (cinquenta por cento) de seu capital social e, o saldo residual, poderá ser solicitado no exercício social seguinte ao da solicitação, mantendo a sua condição de



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023



associado, com o mínimo de quotas-partes estabelecido no § 2º deste artigo; estando ainda, referidas retiradas, condicionadas a inexistência de operações de crédito inadimplente do associado em relação a Cooperativa, em ambas as datas.

§ 14. O associado, pessoa jurídica, que integrar o quadro social da Cooperativa há, no mínimo, 20 (vinte) anos poderá, a cada ano, submeter ao Conselho de Administração solicitação de retirada de até 5% (cinco por cento) de seu capital social, ainda condicionado a inexistência de operações de crédito inadimplente do associado em relação a Cooperativa e, mantendo a sua condição de associado, com o mínimo de quotas-partes estabelecido no § 2º deste artigo.

§ 15. Nos casos envolvendo doenças graves, o associado poderá submeter ao Conselho de Administração solicitação do resgate de parte de seu capital social, mantendo a sua condição de associado, com o mínimo de quotas-partes estabelecido no § 2º deste artigo.

§ 16. O Conselho de Administração poderá flexibilizar os critérios de retirada parcial de capital social de iniciativa dos associados, inclusive para fins de atendimento de casos fortuitos, força maior ou outra situação especial, mantendo a condição de associado com o mínimo de quotas-partes estabelecida no § 2º deste artigo.

§ 17. Nos casos de desligamento do associado, a Cooperativa deverá promover a imediata compensação entre o crédito decorrente do valor de sua quota-parte de capital, e do valor total do débito existente junto à Cooperativa; os assumidos pela Cooperativa em seu nome, bem como aqueles que o associado tenha assumido com terceiros mediante a corresponsabilidade da Sociedade.

§ 18. Ocorrendo a compensação citada no parágrafo anterior, a responsabilidade do associado desligado da Cooperativa perdurará até a aprovação de contas relativas ao exercício em que se deu seu desligamento do quadro social. Na hipótese de restar saldo devedor decorrente de alguma obrigação do associado desligado, a Cooperativa poderá cobrá-lo pelos meios admitidos no ordenamento jurídico pátrio.

§ 19. A devolução de que tratam os §§ 13, 14, 15 e 16, se aprovada pelo Conselho de Administração da Cooperativa, dar-se-á a critério deste colegiado, ponderadas, para tanto, as condições financeiras e patrimoniais da Cooperativa, respeitando como parâmetros especiais o nível de reservas da Sociedade e o enquadramento desta em todos os limites patrimoniais exigidos pela legislação em vigor, sendo ainda admitido o parcelamento do pagamento pela Cooperativa.

§ 20. As quotas-partes do capital integram o patrimônio da sociedade Cooperativa e não podem ser utilizadas para o adimplemento de obrigações do associado com terceiros, enquanto perdurar o vínculo societário com a Cooperativa.

§ 21. Caso o associado não cumpra pontualmente as obrigações assumidas com a Cooperativa, os valores devidos por aquele podem ser compensados, a critério da cooperativa, com as suas respectivas quotas-partes, sobras ou remuneração anual sobre as quotas-partes de capital, mantendo a sua condição de associado com o mínimo de quotas-partes estabelecido no § 2º deste artigo.

§ 22. Os saldos de capital, de remuneração de capital ou de sobras a pagar não procurados pelos associados demitidos, eliminados ou excluídos serão revertidos ao fundo de reserva da cooperativa após decorridos 5 (cinco) anos do desligamento.

## CAPÍTULO V



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

26/05/2023

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

**DA ASSEMBLEIA GERAL: DISPOSIÇÕES GERAIS, ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

**Seção I**

**Disposições Gerais**

**Art. 13.** A assembleia geral é o órgão supremo da Cooperativa e, dentro dos limites da lei e deste Estatuto, tomará toda e qualquer decisão de interesse da Sociedade, sendo que as deliberações vinculam todos, ainda que ausentes ou discordantes.

§ 1º A prestação de contas do encerramento do exercício, a destinação dos resultados e a eleição de componentes dos conselhos de administração, quando forem assuntos da ordem do dia da assembleia geral, devem ser previamente apreciados em assembleias de núcleos.

§ 2º As demais matérias objeto da ordem do dia da assembleia geral poderão ser deliberadas diretamente em Assembleias de Delegados, exceto decisão em contrário do Conselho de Administração.

§ 3º Quando as matérias forem deliberadas somente em Assembleia de Delegados, a cooperativa dará posterior conhecimento aos associados.

§ 4º A coordenação das assembleias de núcleo será do Presidente do Conselho de Administração da Cooperativa, ou pelo Vice-Presidente, ou, ainda, na impossibilidade destes, por quem aquele indicar.

§ 5º As assembleias gerais e as assembleias de núcleo poderão ser realizadas de forma presencial, a distância, ou presencial e a distância simultaneamente.

**Art. 14.** As assembleias gerais serão normalmente convocadas pelo Presidente do Conselho de Administração, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, mediante edital, que deverá ser divulgado, em destaque, no sítio eletrônico da Cooperativa ou em repositório de acesso público irrestrito na internet.

§ 1º A convocação poderá também ser feita pelo Conselho de Administração ou, após solicitação não atendida no prazo de 5 (cinco) dias, por 1/5 (um quinto) dos associados em pleno gozo de seus direitos sociais, hipótese em que pelo menos 4 (quatro) dos requerentes devem assinar o edital convocatório.

§ 2º No edital constarão, observada a legislação em vigor:

I - a denominação da Cooperativa, seguida da expressão "Convocação de Assembleia Geral" (Ordinária e/ou Extraordinária, conforme o caso);

II - o dia e a hora da assembleia, assim como a forma como será realizada;

III - a ordem do dia dos trabalhos, com as devidas especificações;

IV - o modo de acesso aos meios de comunicação disponibilizados para participação dos associados, em caso de realização de assembleia a distância, ou presencial e a distância simultaneamente;

V - os procedimentos para acesso ao sistema de votação, bem como o período para recebimento dos votos, em caso de realização de assembleia a distância, ou presencial e a distância simultaneamente;

VI - o número de delegados existentes na data de sua expedição, para efeito de quórum de instalação;

VII - local, data, nome, cargo/função e assinatura (s) do (s) responsável (eis) pela convocação.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

§ 3º As assembleias gerais poderão realizar-se em segunda ou terceira convocações, no mesmo dia da primeira, com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre cada convocação, desde que assim conste expressamente do edital.

§ 4º As Assembleias que forem realizadas à distância devem adotar sistema e tecnologia para a participação dos delegados.

**Art. 15.** O quórum de instalação, apurado pelas assinaturas (físicas ou eletrônicas) no Livro de Presenças, será o seguinte:

I - 2/3 (dois terços) do número de delegados, em primeira convocação;

II - metade mais 1 (um) dos delegados em segunda convocação;

III - 10 (dez) delegados, em terceira e última convocação.

Parágrafo único. O quórum de instalação deverá observar o número de convocações adotado no edital.

**Art. 16.** Nas assembleias gerais, os associados, agrupados por núcleos, serão representados por delegados, eleitos na forma desta Seção e de normativo próprio, podendo comparecer aos conclaves, privados, contudo, de voz e voto.

§ 1º Os delegados deliberarão acerca de todos os assuntos da ordem do dia.

§ 2º O mandato dos delegados terá duração de 4 (quatro) anos, podendo ser reeleitos. Quando da eleição de novos delegados, os mandatos deverão coincidir com o tempo remanescente dos demais delegados já eleitos.

§ 3º Durante o prazo de mandato o delegado não poderá exercer, simultaneamente, cargo eletivo ou remunerado na Cooperativa. Caso venha a ser eleito para cargo estatutário ou contratado como empregado da Cooperativa, deverá renunciar concomitantemente ao posto de delegado.

§ 4º Sempre que as matérias forem apreciadas pelos associados em seus respectivos núcleos, o voto do delegado nas assembleias gerais estará vinculado às decisões tomadas pelo núcleo a que represente.

**Art. 17.** Para efeito da representação de que trata o art. 16, a distribuição das vagas de delegados pelos núcleos será efetuada com base nos normativos próprios e nos seguintes parâmetros:

I - a Cooperativa agrupará seus associados em até 100 (cem) núcleos, observando os normativos próprios;

II - o agrupamento de associados em núcleos poderá ser feito considerando as condições de associação descritas no art. 5º deste Estatuto Social, respeitadas as demais regras previstas nos normativos próprios.

**Art. 18.** A eleição dos Delegados ocorrerá em Assembleia de Núcleo, em tempo hábil antes da Assembleia Geral da Cooperativa.

§ 1º Serão eleitos um delegado efetivo e pelo menos um delegado suplente, os mais votados, respectivamente, entre os associados que estejam em pleno gozo de seus direitos sociais e que não exerçam cargos eletivos na sociedade, respeitados os demais requisitos previstos em normativo.

§ 2º A eleição será realizada por votação aberta ou secreta, por definição do Conselho de Administração da Cooperativa.

§ 3º Em caso de votação secreta, o Conselho de Administração da Cooperativa definirá as condições e os procedimentos próprios para a sua execução.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

§ 4º Em caso de empate na votação, a ordem de classificação observará a antiguidade de associação na Cooperativa.

**Art. 19.** Não sendo possível a instalação da assembleia geral de delegados por falta de quórum, será reiterada a convocação para nova data, no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Não ocorrendo a assembleia geral nos termos do caput, os delegados ausentes – efetivos e suplentes – perderão seus mandatos, instaurando-se, imediatamente, processo de eleição para a escolha de novos delegados, na forma do art. 18 deste Estatuto.

**Art. 20.** As assembleias gerais serão dirigidas pelo Presidente do Conselho de Administração, auxiliado pelo Vice-Presidente ou, na ausência deste, por outro conselheiro de administração, que secretariará os trabalhos.

§ 1º Na ausência do Presidente do Conselho de Administração, assumirá a presidência da assembleia o Vice-Presidente, que convidará um conselheiro de administração para secretariar os trabalhos.

§ 2º Quando a assembleia geral não tiver sido convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, os trabalhos serão presididos e secretariados por delegado ou outro associado escolhido na ocasião, compondo a Mesa os principais interessados na convocação.

**Art. 21.** O delegado não poderá representar o Núcleo nas decisões, em Assembleia Geral, sobre assuntos que a ele se refiram direta ou indiretamente, hipótese na qual o Núcleo será representado pelo seu suplente ou outro associado indicado, conforme o caso.

**Art. 22.** As deliberações nas assembleias gerais, realizadas em votação aberta salvo decisão em contrário da própria assembleia, serão tomadas por maioria simples, exceto quanto às matérias de competência exclusiva da assembleia geral extraordinária, para cuja validade se requerem os votos de 2/3 (dois terços) dos delegados presentes.

Parágrafo único. As deliberações e demais ocorrências substanciais nas assembleias constarão de atas, aprovadas e assinadas pelo Presidente da assembleia e pelo secretário dos trabalhos, bem como por uma comissão de 5 (cinco) delegados indicados pelo plenário, e por quantos mais desejarem fazê-lo.

**Art. 23.** A assembleia geral poderá ser suspensa, admitindo-se a continuidade em data posterior, desde que precedida da publicação de novo edital de convocação, determinando a data, a hora e o local de prosseguimento da sessão, respeitados o quórum legal, assim na abertura como no (s) reinício (s) dos trabalhos, e a ordem do dia constante do edital, tudo devidamente registrado em ata.

Parágrafo único. A publicação do edital de convocação referida no caput será dispensada quando o lapso temporal entre a suspensão e o reinício da sessão não possibilitar o cumprimento do prazo legal exigido para aquela publicação.

## Seção II

### Assembleia Geral Ordinária

**Art. 24.** A assembleia geral ordinária realizar-se-á obrigatoriamente uma vez por ano, no prazo legal, deliberando sobre os seguintes assuntos, mencionados na ordem do dia:

I - prestação de contas dos órgãos de administração, acompanhada do parecer da auditoria independente, compreendendo:

- a) relatório de gestão;
- b) balanços dos dois semestres do correspondente exercício;
- c) demonstrativo das sobras ou perdas.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

II - destinação das sobras ou rateio das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da Sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os fundos estatutários;

III - eleição dos componentes do conselho de administração;

IV - fixação, por ocasião da eleição e sempre que prevista alteração, do valor dos honorários, das cédulas de presença e das gratificações dos membros do Conselho;

V - aprovação da política de remuneração dos membros da Diretoria Executiva no mínimo ao início de cada mandato;

VI - quaisquer assuntos de interesse social, inclusive propostos na forma do art. 6º, inc. V, deste Estatuto, excluídos os de competência exclusiva da assembleia geral extraordinária.

Parágrafo único. A fixação dos valores previstos no inciso IV deste artigo deve seguir os normativos internos do Sicredi, aplicáveis à Cooperativa.

### **Seção III**

#### **Assembleia Geral Extraordinária**

**Art. 25.** A assembleia geral extraordinária realizar-se-á sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse social, inclusive os propostos na forma do art. 6º, inc. V, deste Estatuto, desde que mencionado no edital de convocação.

Parágrafo único. É de sua competência exclusiva deliberar sobre as seguintes matérias:

I - reforma do Estatuto Social;

II - fusão, incorporação ou desmembramento;

III - mudança do objeto da Sociedade;

IV - dissolução voluntária da Cooperativa e nomeação de liquidante (s);

V - contas do liquidante;

VI - manutenção do regime de cogestão e da adoção de outras medidas legais necessárias.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO PROCESSO ELEITORAL**

**Art. 26.** O processo eleitoral obedecerá ao disposto no Código Eleitoral aprovado em Assembleia Geral, sendo conduzido por uma Comissão Eleitoral constituída especificamente para essa finalidade, a cada pleito, por deliberação do Conselho de Administração da Cooperativa, assegurada a sua autonomia e a sua independência, reportando-se operacionalmente ao mesmo colegiado.

## **CAPÍTULO VII**

### **DA ADMINISTRAÇÃO**

#### **Seção I**

#### **Conselho de Administração**

**Art. 27.** A Cooperativa terá um Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, composto por associados pessoas físicas, sendo um Presidente, um Vice-Presidente e 07 (sete) conselheiros, constituindo condições básicas para a candidatura e exercício do cargo, conforme as



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

exigências estabelecidas abaixo e sem prejuízo do atendimento de outros requisitos complementares previstos nos normativos internos do Sicredi:

I - não manter vínculo empregatício com qualquer entidade integrante do Sicredi, ou ainda, com membro do conselho de administração, ou da Diretoria Executiva da Cooperativa;

II - não ser cônjuge ou companheiro (a), nem possuir parentesco até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, com integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;

III - não ser, simultaneamente, empregado ou administrador ou deter participação em empresa que, por suas atividades, seja considerada como concorrente de qualquer das entidades integrantes do Sicredi ou de cujo capital estas participem;

IV - não ter exercido ou estar exercendo cargo ou função político-partidários, no último exercício civil;

V - reunir a qualificação profissional exigida para o cargo, nos termos da legislação vigente e em conformidade com os normativos sistêmicos, compatível com a complexidade das atividades inerentes;

VI - não se ter valido de 2 (duas) ou mais renegociações de dívidas na Cooperativa ou em outra entidade do Sicredi, nos últimos 2 (dois) exercícios;

VII - ter reputação ilibada;

VIII - ser residente no País;

IX - não estar impedido por lei especial, nem condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos;

X - não estar declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários;

XI - não estar declarado falido ou insolvente;

XII - não ter, por dolo ou culpa, praticado irregularidade que tenha causado qualquer prejuízo ou desgaste à imagem do Sicredi em qualquer das entidades integrantes do Sicredi;

XIII - ter operado assiduamente e regularmente com a Cooperativa nos 2 (dois) últimos exercícios sociais (ser associado ativo) e ter participado regularmente das assembleias de núcleo.

XIV - ter participado, no exercício imediatamente anterior, ou participar dos cursos e outros eventos de capacitação e reciclagem programados pelo Sistema, conforme a natureza do cargo ou da função, sem prejuízo do comparecimento a todos os demais eventos direcionados para os conselheiros no período do seu mandato, até o prazo de 1 (um) ano após a posse;

XV - ter disponibilidade de tempo para o integral cumprimento das incumbências estatutárias e legais, sendo vedada a acumulação com outro cargo ou função (eletivos ou não), que requeira dedicação incompatível com a responsabilidade na Cooperativa;

XVI - possuir certificação do Programa Crescer;

XVII - estar exercendo ou ter exercido, como titular ou suplente, a função de Coordenador de Núcleo do Programa Pertencer na Cooperativa onde é associado, ou ter ocupado cargo estatutário na cooperativa;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

XVIII - ter preferencialmente formação em curso de nível superior ou curso técnico, ou no mínimo um histórico profissional que comprove a sua capacidade técnica;

XIX - atender aos demais requisitos decorrentes da legislação pertinente;

XX - não expor negativamente, ou atentar contra, direta ou indiretamente, a imagem de quaisquer entidades integrantes do Sicredi, seus membros estatutários ou empregados, em razão do cargo, por qualquer meio, verbal ou escrito, ou de quaisquer marcas de propriedade das entidades integrantes do Sicredi;

XXI - não ter sofrido sanção por infração de natureza gravíssima, na forma do Regimento Interno do Sicredi.

§ 1º Para fins do inciso VII, a reputação ilibada será avaliada considerando a existência de: processo criminal ou inquérito policial; processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional ou o Sistema de Pagamentos Brasileiro; processo relativo à insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial; inadimplemento de obrigações; e outras situações, ocorrências ou circunstâncias análogas. Na análise destas situações e ocorrências serão consideradas a relevância, a gravidade, a recorrência e as circunstâncias de cada caso.

§ 2º Não poderão candidatar-se a cargos sociais ex-empregados demitidos por justa causa, nem os conselheiros e diretores que estejam submetidos a investigação interna para apurar violações às normas legais ou sistêmicas no curso de seu mandato ou que, pelas mesmas razões, tenham sido destituídos ou renunciado ao cargo para o qual foram eleitos.

§ 3º O mandato será de 4 (quatro) anos, com renovação de no mínimo 1/3 (um terço) dos integrantes, observado que, caso o cálculo resulte em número fracionário, deve ser considerado o número inteiro imediatamente superior, sendo que os eleitos permanecerão em exercício até a posse dos sucessores, permitido a estes, desde a eleição, o acompanhamento pleno da participação remanescente dos sucedidos.

§4º A posse do(s) eleito(s) será efetivada em até 30 (trinta) dias da autorização do(s) nome(s) por parte do órgão regulador.

§ 5º Nas licenças, ausências, suspensões ou impedimentos temporários inferiores a 120 (cento e vinte) dias, o Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente; este, por um conselheiro designado pelo próprio Colegiado. Verificando-se a um só tempo as faltas do Presidente e do Vice-Presidente, o Conselho indicará substitutos, dentre seus componentes.

§ 6º Ocorrendo vacância do cargo de Presidente e/ou do Vice-Presidente do Conselho de Administração, os conselheiros, dentre eles, designarão sucessor (es), devendo a primeira assembleia que se seguir eleger novo (s) ocupante (s) para referido (s) cargo (s), confirmando ou não o (s) designado (s), sendo que o (s) eleito (s) cumprirá (ão) o tempo remanescente do (s) mandato (s) do Presidente e/ou Vice-Presidente sucedido (s). Reduzindo-se o número de membros do Conselho a menos de 3 (três), excetuando o Presidente e Vice-Presidente, deverão ser eleitos novos componentes em até 90 (noventa) dias, que preencherão o tempo faltante da gestão.

§ 7º Constituem, entre outras, hipóteses de vacância do cargo eletivo:

I - a perda da qualidade de associado;

II - o não comparecimento a 4 (quatro) reuniões consecutivas ou alternadas, no curso de cada ano civil.

III - a morte, a renúncia e a destituição, a qualquer tempo, na forma da legislação em vigor;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023



IV - as licenças, ausências, suspensões ou impedimentos iguais ou superiores a 120 (cento e vinte) dias;

V - o patrocínio, como parte ou procurador, de medida judicial contra a própria Cooperativa ou qualquer outra entidade integrante do Sicredi durante o mandato, salvo aquelas que visem resguardar o exercício do próprio mandato;

VI - tornar-se o detentor inelegível na forma da regulamentação em vigor, ou não mais reunir as condições básicas para o exercício de cargo eletivo nos termos deste Estatuto.

§ 8º Na hipótese de o conselheiro ser indicado como candidato a cargo político-partidário, deverá apresentar pedido de renúncia ao cargo eletivo na Cooperativa em até 48h (quarenta e oito horas) após a data da convenção do partido em que confirmada a indicação, sob pena de vacância do cargo.

§ 9º Para os efeitos deste Estatuto, entende-se por cargo político-partidário:

I - Posto eletivo - aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por meio de processos eleitorais (Vereador, Prefeito, Deputado Estadual e Federal, Senador, Governador, Presidente da República), conforme a legislação eleitoral e constitucional vigente;

II - Membro de executiva partidária - as pessoas que, filiadas a um determinado partido, são eleitas para ocupar cargos executivos no partido. Em geral são eleitos na "convenção" do partido, assumindo funções de Presidente, Vice-Presidente, Secretário e Tesoureiro ou cargos equivalentes, conforme a regulamentação própria do Partido;

III - Posto nomeado, designado ou delegado - aqueles agentes políticos investidos em seus cargos por nomeação, designação ou delegação (Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais).

**Art. 28.** O Conselho de Administração rege-se pelas seguintes normas:

I - reúne-se, ordinariamente, pelo menos a cada 2 (dois) meses, e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do seu Presidente ou da maioria do próprio Colegiado;

II - delibera, validamente, por maioria simples de votos, presente a maioria dos seus componentes, reservado ao Presidente o voto de desempate;

III - as deliberações do Colegiado e as demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão de atas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

§ 1º A convocação das reuniões do Conselho de Administração dar-se-á, preferencialmente, por escrito, sendo admitido o uso de meios eletrônicos de comunicação.

§ 2º Nenhum conselheiro poderá participar de discussões e deliberações que envolvam transações financeiras ou quaisquer outras matérias que impliquem conflito de interesse próprio, ou que digam respeito a seus parentes até 2º (segundo) grau, em linha reta ou colateral, cônjuge, companheiro (a) ou empregados.

§ 3º As reuniões do Conselho de Administração poderão ser presenciais, a distância, ou presencial e a distância simultaneamente, inclusive por meio eletrônico.

**Art. 29.** Além de outras atribuições decorrentes da legislação e deste Estatuto, compete ao Conselho de Administração, observado o detalhamento previsto em normativos sistêmicos:

I - fixar o direcionamento estratégico da Cooperativa e acompanhar a execução e o cumprimento do planejamento por ele aprovado;

II - acompanhar e supervisionar o desempenho da Diretoria Executiva da Cooperativa em face dos objetivos e metas definidos para a Sociedade;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

- III - aprovar normativos de sua competência, que não poderão contrariar as disposições dos normativos sistêmicos;
- IV - nomear e destituir os membros da Diretoria Executiva, bem como fixar suas atribuições e competências e a remuneração individual dos Diretores, observadas as disposições contidas no estatuto;
- V - registrar a vacância de membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva;
- VI - autorizar a contratação de operações de crédito com instituições financeiras, destinadas ao financiamento das atividades dos associados, obedecido o disposto nos normativos sistêmicos;
- VII - deliberar acerca do pagamento da remuneração anual sobre as quotas-partes de capital, estipulando a remuneração, nos termos da legislação em vigor;
- VIII - encaminhar à assembleia geral proposta para doação de bens imóveis da Cooperativa, classificados como não circulantes;
- IX - deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis da Cooperativa, classificados como não circulantes;
- X - examinar e apurar as denúncias de infrações praticadas no âmbito da Sociedade, inclusive as que lhes forem encaminhadas pela Diretoria Executiva, e determinar a aplicação das penalidades cabíveis;
- XI - deliberar sobre a eliminação e exclusão de associados;
- XII - deliberar sobre a convocação de assembleia geral;
- XIII - autorizar, previamente, participações de capital em outras empresas ou entidades, inclusive de natureza não cooperativa, atendidos os propósitos complementares ou acessórios, no interesse do quadro social e da comunidade da Cooperativa e respeitadas a legislação vigente e as deliberações e orientações sistêmicas a respeito;
- XIV - autorizar a alteração do endereço da sede, dentro do mesmo município, bem como a deliberar sobre a abertura, o fechamento, a transferência ou a mudança de endereço das demais dependências ou filiais da Cooperativa, dentro ou fora do município sede, nos termos da legislação vigente;
- XV - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, a legislação e os normativos internos do Sicredi;
- XVI - manifestar-se sobre o relatório da administração e prestação de contas do exercício;
- XVII - escolher e destituir os auditores externos, observadas as diretrizes sistêmicas;
- XVIII - aprovar políticas para a captação de novos associados e/ou para aumento do capital social pelo quadro de associados;
- XIX - autorizar a realização de campanhas e a oferta ou a distribuição de bonificações, prêmios ou outras vantagens que visem a captação de associados ou o aumento do capital social pelo quadro de associados;
- XX - deliberar sobre assuntos específicos de interesse da Cooperativa, bem como sobre os casos omissos e todas as demais atribuições previstas neste Estatuto Social e na legislação pertinente, até posterior deliberação da assembleia geral, se for o caso.
- Parágrafo único. Na hipótese de o Conselho de Administração designar outros membros para funções de natureza auxiliar, definirá para cada qual, com registro em ata, as pertinentes incumbências.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

26/05/2023

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

**Art. 30.** Ao Presidente do Conselho cabem, dentre outras, as seguintes atribuições, observado o detalhamento previsto em normativos internos do Sicredi:

I – exercer o acompanhamento e a supervisão das atividades da Cooperativa, inclusive quanto ao cumprimento das normas aplicáveis, coordenando a ação da Diretoria Executiva;

II - liderar a implantação dos programas de organização do quadro social, desenvolvimento e gestão do Sicredi, a fim de garantir a continuidade do negócio e a formação de novas lideranças cooperativistas;

III - acompanhar a execução dos planos de trabalho relativos, especificamente, ao desenvolvimento da Cooperativa;

IV - submeter ao Conselho de Administração propostas de normativos internos, observadas as diretrizes sistêmicas;

V - levar à apreciação do Conselho de Administração o plano de trabalho, anual ou plurianual, bem como propostas orçamentárias, acompanhando a sua execução;

VI - apresentar ao Conselho de Administração e, em nome deste, à assembleia geral, relatório anual das operações e atividades da Cooperativa, acompanhado do balanço, da demonstração de sobras e perdas e do parecer da auditoria independente, além de outros documentos e informações que se fizerem exigir;

VII - selecionar os Diretores, dentro ou fora do quadro social, obedecida a competência especial do Conselho de Administração;

VIII - representar institucionalmente a Cooperativa, nas matérias estratégico-corporativas perante o Sistema, e também nas assembleias gerais e reuniões das sociedades de cujo capital a Cooperativa participe;

IX - participar de congressos, seminários e outros eventos como representante institucional da Cooperativa, podendo ser substituído por quem este indicar;

X - atentar para o bom desempenho do Conselho de Administração, convocando e coordenando as suas reuniões;

XI - avaliar de forma sistematizada o atendimento prestado ao quadro social nas dependências da Cooperativa, visando garantir a satisfação e a qualidade dos serviços prestados aos associados;

XII - aplicar as penalidades que forem estipuladas pela assembleia geral ou pelo Conselho de Administração;

XIII - indicar um secretário para lavrar ou coordenar a lavratura da ata das assembleias gerais e das reuniões do Conselho de Administração.

**Art. 31.** O Vice-Presidente do Conselho substituirá o Presidente do Conselho nas suas licenças, ausências, suspensões ou impedimentos, inclusive nas assembleias gerais e reuniões das sociedades de cujo capital a Cooperativa participe.

## **Seção II**

### **Diretoria Executiva**

**Art. 32.** A Cooperativa será gerida por uma Diretoria Executiva, a quem compete a prática dos atos e operações relacionados aos fins de interesse da sociedade, composta por no mínimo 2 (dois) Diretores, sendo um Diretor Executivo e um Diretor de Operações, e no máximo 3 (três) Diretores, sendo um Diretor Executivo, um Diretor de Operações e um Diretor de Negócios.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

§ 1º Os Diretores serão nomeados pelo Conselho de Administração em até 90 (noventa) dias após o término do mandato ou de vacância do cargo dos Diretores, e exercerão as funções previstas neste Estatuto.

§ 2º Ocorrendo a nomeação de somente 2 (dois) Diretores, as funções do cargo não ocupado serão exercidas cumulativamente pelos Diretores, conforme deliberação do Conselho de Administração, observadas as restrições legais e normativas.

§ 3º O mandato será de 4 (quatro) anos, sendo que os nomeados permanecerão em exercício até a posse dos sucessores. Poderão também ser reconduzidos da mesma forma e prazo ou, a qualquer tempo, destituídos pelo Conselho de Administração.

§ 4º A posse do(s) eleito(s) será efetivada em até 30 (trinta) dias da autorização do(s) nome(s) por parte do órgão regulador.

§ 5º A Cooperativa será representada, em Juízo ou fora dele, ativa e passivamente, ressalvado o disposto no inciso VIII do art. 30, obrigatoriamente:

I - por 2 (dois) Diretores em conjunto;

II - por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) procurador com poderes específicos, devidamente constituído;

III - por 2 (dois) procuradores em conjunto, com poderes específicos.

§ 6º Excepcionalmente, a representação da Cooperativa será válida mediante a assinatura de apenas 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador, nos seguintes casos:

I - perante os órgãos públicos federais, estaduais e municipais, autarquias e sociedades de economia mista;

II - na outorga de documentos para representação da Sociedade em juízo, incluindo a nomeação de prepostos e advogados;

III - em casos de licença inferior a 120 (cento e vinte) dias que implique a falta da pluralidade de Diretores e de vacância não suprida.

**Art. 33.** Para estarem aptos para o exercício do cargo de Diretor, os candidatos deverão possuir as seguintes condições:

I - atender aos requisitos descritos no art. 27, incisos I a XII e XIX a XXI, bem como o do § 2º;

II - obedecer ao disposto nos §§ 8º e 9º do art. 27;

III - possuir graduação em curso superior;

IV - comprovadamente deter conhecimento compatível com a complexidade das atividades inerentes, além de conhecer, cada qual, em profundidade, o funcionamento do sistema financeiro;

V – atender aos requisitos sistêmicos complementares quando previstos nos normativos.

**Art. 34.** Cabe à Diretoria Executiva, sem prejuízo das incumbências previstas em legislação e em normativo interno:

I - administrar operacionalmente a Cooperativa, atendendo seu objeto, as orientações emanadas da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e das diretrizes e estratégias corporativas do Sicredi;

II - contrair obrigações, transigir, firmar acordos em processos judiciais, acordos ou convenções coletivas, ceder e empenhar ou renunciar direitos, bem como acompanhar o estado econômico-financeiro da sociedade, observado o disposto neste Estatuto;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

III - nomear procuradores, fixando-lhes, em instrumento de mandato hábil, atribuições, alçadas e responsabilidades e forma de representação, que poderá ser isolada ou em conjunto, nos limites deste Estatuto. Os instrumentos de mandato deverão ter poderes mínimos necessários para práticas de atos específicos e por prazo determinado, salvo os que contemplam os poderes da cláusula ad judicia, que poderão ser outorgados por prazo indeterminado de validade;

IV - firmar todos os documentos, inclusive contratos e escrituras públicas, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização e à execução da aquisição, alienação, doação ou oneração, conforme o caso, de bens móveis ou imóveis da Cooperativa, observado o disposto no presente Estatuto;

V - autorizar e formalizar a alienação ou oneração de bens imóveis classificados como circulantes da Cooperativa, e tomar quaisquer outras providências com vista à concretização de tais negócios;

VI - elaborar o planejamento estratégico e financeiro, em conformidade com a diretriz sistêmica e as definidas pelo Conselho de Administração, e responder por sua execução;

VII - implementar as normas de controles internos das operações e serviços, verificando rotineiramente o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;

VIII - examinar os planos de trabalho e respectivos orçamentos, acompanhando mensalmente a sua execução, informando sobre o estado econômico-financeiro da Cooperativa e o desenvolvimento das operações e atividades em geral;

IX - decidir sobre a contratação e a demissão de empregados;

X - cumprir e fazer cumprir os apontamentos e orientações técnicas de auditoria e controles internos, visando à segurança e o respeito à legislação e aos normativos internos do Sicredi;

XI - decidir acerca da concessão de qualquer modalidade de doação de bens móveis, contribuição ou auxílio, independentemente de beneficiário e valor, de acordo com as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração;

XII - cumprir e fazer cumprir os normativos internos;

XIII - responder por todas as demais atividades próprias da administração ordinária da Cooperativa;

XIV - Decidir sobre o recebimento e alienação de bens, móveis ou imóveis, para a liquidação ou amortização de operações realizadas pela Cooperativa com seus associados, respeitada a alçada aprovada pelo Conselho de Administração.

**Art. 35.** Aos membros da Diretoria Executiva cabem as seguintes atribuições, dentre outras, observados o § 2º do art. 32 deste Estatuto e o detalhamento previsto em normativos internos do Sicredi:

I - Ao Diretor Executivo:

a) fomentar e apoiar o relacionamento das áreas executivas com o Conselho de Administração da Cooperativa, subsidiando e apoiando os trabalhos;

b) prover recursos e garantir a implantação e acompanhamento dos programas de desenvolvimento do cooperativismo e de sustentabilidade do Sicredi na área de atuação da Cooperativa;

c) responder pelos planos de expansão e atividades da Cooperativa, de acordo com o potencial de mercado, sempre primando pelo desenvolvimento sustentável e sólido;

d) coordenar e acompanhar a execução do orçamento da Cooperativa a partir das deliberações do Conselho de Administração;



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

- e) responder pela gestão do desempenho e acompanhamento dos resultados da Cooperativa, primando pelo atingimento pleno das metas acordadas no planejamento anual da Cooperativa, além de monitorar e intervir em unidades de atendimento, conforme o planejamento econômico e financeiro da Cooperativa;
- f) responder, formalmente, pelas responsabilidades indicadas perante os órgãos reguladores e fiscalizadores;
- g) elaborar e encaminhar ao Conselho de Administração, por meio do Presidente, para apreciação, o plano de trabalho, anual ou plurianual, bem como propostas orçamentárias, implementando a sua execução;
- h) representar a cooperativa nas deliberações de normas e regulamentos sistêmicos.

**II - Ao Diretor de Operações:**

- a) responder pelas análises gerenciais sobre as demonstrações financeiras, pelos controles contábeis e tributários e os indicadores de desempenho da Cooperativa;
- b) responder pelas atividades de controles internos, compliance e riscos, bem como encaminhar as providências no processo de supervisão e assegurar o respeito às normas internas e à legislação;
- c) responder, formalmente, pelas responsabilidades indicadas perante os órgãos reguladores e fiscalizadores.

**III - Ao Diretor de Negócios:**

- a) elaborar e responder pela implementação do planejamento tático para as carteiras de produtos e serviços a partir das diretrizes do planejamento estratégico sistêmico e aqueles definidos pelo Conselho de Administração;
- b) responder pela gestão do desempenho e acompanhamento dos resultados das unidades de atendimento, primando pelo atingimento pleno das metas acordadas no planejamento anual da Cooperativa;
- c) responder e acompanhar a execução do orçamento do crédito rural, bem como das suas exigibilidades;
- d) responder pela execução dos planos de expansão da Cooperativa em consonância às deliberações da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração;
- e) responder, formalmente, pelas responsabilidades indicadas perante os órgãos reguladores e fiscalizadores.

§ 1º É vedada a qualquer dos membros da Diretoria Executiva a prática de atos de liberalidade às custas da Cooperativa, permitida a concessão de avais, fianças e outras garantias, em nome da Cooperativa, desde que pertinentes ao seu objeto social e conforme previsto neste Estatuto Social.

§ 2º A Diretoria Executiva não é um órgão colegiado, podendo, entretanto, reunir-se presencialmente e/ou à distância, por meios físicos e/ou eletrônicos, sempre que convocada pelo Diretor Executivo, para decidir sobre matérias de sua competência, especialmente aquelas definidas no art. 34 deste Estatuto Social, quando a natureza do ato requerer decisão conjunta dos Diretores ou quando estes entenderem necessária a formalização de reunião.

§ 3º As deliberações e as demais ocorrências substanciais nas reuniões constarão de atas, aprovadas e assinadas pelos membros presentes.

**Art. 36.** Em caso de vacância do cargo de qualquer dos Diretores, nos termos do art. 27, § 7º, incisos III a VI deste Estatuto Social, o Conselho de Administração indicará o respectivo substituto, cujo



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

mandato coincidirá com os mandatos dos demais Diretores. A vaga, todavia, se cabível e a critério do Conselho de Administração poderá deixar de ser preenchida, sendo certo que, nesse caso, as respectivas funções serão exercidas por outros Diretores.

Parágrafo único. Em caso de vacância de todos os cargos da Diretoria Executiva, o Conselho de Administração indicará gestor executivo interino para o exercício das atribuições pelo período máximo de 90 (noventa) dias.

**Art. 37.** Os Conselheiros de Administração e os Diretores, com o seu patrimônio pessoal, respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pela Cooperativa durante a sua gestão, até que se cumpram integralmente.

§ 1º Os Administradores que derem causa à insuficiência de liquidez no Serviço de Compensação de Cheques e Outros Papéis, ou, por gestão temerária ou omissão grave de deveres, determinarem prejuízo à Sociedade, responderão, diretamente, com seu próprio patrimônio pelo ressarcimento dos danos.

§ 2º A Cooperativa, por meio de seus órgãos sociais, em conjunto ou isoladamente, desde já aqui autorizados, tomará prontamente as medidas cabíveis, inclusive no âmbito judicial, para promover a responsabilização dos Conselheiros de Administração e Diretores cujas ações ou omissões, na forma do parágrafo anterior, tenham como consequência quaisquer dos resultados nele referidos.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA FIXAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇO, RESULTADOS E FUNDOS SOCIAIS**

**Art. 38.** O exercício social tem duração de 1 (um) ano, com encerramento em 31 de dezembro.

**Art. 39.** Levantar-se-ão dois balanços no exercício, sendo um no último dia de junho e outro no último dia de dezembro.

**Art. 40.** As sobras apuradas ao final de cada exercício (resultado consolidado) serão destinadas da seguinte forma:

I – 58% (Cinquenta e oito por cento), no mínimo, para o fundo de reserva, destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento da Cooperativa;

II – 8% (Oito por cento) no mínimo, para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares, aos empregados da Cooperativa e à comunidade situada em sua área de ação;

III – 16% (Dezesseis por cento), no mínimo, para o Fundo de Expansão, destinado a suportar as despesas operacionais para abertura, reforma ou manutenção de postos de atendimentos, de acordo com regulamento próprio.

IV - o saldo que restar ficará à disposição da assembleia geral, para destinações que entender convenientes, obedecido o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º Sempre que a Cooperativa não atingir a estrutura patrimonial exigida/estipulada, pela autoridade monetária e por normas internas do Sicredi, para suportar as operações necessárias ao cumprimento de seus objetivos, as sobras disponíveis, obedecida a sistemática de rateio prevista neste Estatuto, deverão ser transformadas, até o limite necessário, em novas quotas-partes de capital dos associados ou destinadas adicionalmente ao próprio fundo de reserva.

§ 2º Poderão ser destinadas ao fundo de reserva antes da apuração das destinações obrigatórias as doações sem destinação específica; e, a critério do Conselho de Administração, os valores em



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023



prejuízo recuperados de exercícios anteriores e outros valores recuperados, inclusive em decorrência da regulamentação aplicável.

**Art. 41.** A destinação das sobras e o rateio das perdas dar-se-ão proporcionalmente às operações realizadas pelos associados, conforme fórmula de cálculo estabelecida pela assembleia geral.

Parágrafo único. É facultada, mediante decisão da assembleia geral, compensar, por meio de sobras dos exercícios seguintes, o saldo remanescente das perdas verificadas no exercício findo.

**Art. 42.** O Fundo de Reserva e o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social são indivisíveis entre os associados.

## **CAPÍTULO IX**

### **DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO**

**Art. 43.** Além de outras hipóteses previstas em lei, a Cooperativa dissolve-se de pleno direito:

I - quando assim deliberar a assembleia geral, desde que 20 (vinte) associados, no mínimo, não se disponham a assegurar a sua continuidade;

II - pela alteração de sua forma jurídica;

III - pela redução do número de associados, para menos de 20 (vinte), ou de seu capital social mínimo se, até a assembleia geral subsequente, realizável em prazo não inferior a 6 (seis) meses, não forem restabelecidos;

IV - pelo cancelamento da autorização para funcionar;

V - pela paralisação de suas atividades normais por mais de 120 (cento e vinte) dias.

**Art. 44.** A liquidação da Sociedade obedecerá às normas legais e regulamentares próprias.

## **CAPÍTULO X**

### **DA OUVIDORIA - OUVIDORIA COMPARTILHADA**

**Art. 45.** A Cooperativa manterá convênio para execução das atividades de ouvidoria com entidade integrante do Sistema, na forma da legislação vigente.

## **CAPÍTULO XI**

### **DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

**Art. 46.** Os prazos previstos neste Estatuto serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo-se o dia final.

**Art. 47.** As correspondências, notificações e comunicações, físicas ou eletrônicas, encaminhadas pela Cooperativa ao associado com base nos seus dados cadastrais presumir-se-ão recebidas no prazo de 5 (cinco) dias, contados do seu envio.

**Art. 48.** A cooperativa possui legitimidade extraordinária autônoma concorrente para agir como substituta processual em defesa dos direitos coletivos de seus associados quando a causa de pedir versar sobre atos de interesse direto dos associados que tenham relação com as operações de mercado da cooperativa, mediante autorização manifestada individualmente pelo associado ou por meio de assembleia geral que delibere sobre a propositura da medida judicial.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício

26/05/2023

**Art. 49.** Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação e os princípios cooperativistas, ouvidos, quando for a hipótese, os órgãos sociais.

**Art. 50.** Os atuais membros do Conselho Fiscal terão seus mandatos preservados até a Assembleia Geral Ordinária de 2024, aplicando as disposições alteradas neste colegiado acerca da extinção do Conselho Fiscal, a partir da Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2024.

Itapema - SC, 02 de março de 2023.

DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE O PRESENTE ESTATUTO SOCIAL É CÓPIA FIEL E AUTÊNTICA DO CONSTANTE NO RESPECTIVO LIVRO DE ATAS DE ASSEMBLEIAS GERAIS DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAJAÍ E LITORAL CATARINENSE – SICREDI VALE LITORAL SC

Arão João da Silva Neto  
Diretor Executivo

Renato de Mello Viero  
Diretor de Operações



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

26/05/2023

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício



239899482

## TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC
PROTOCOLO	239899482 - 12/05/2023
ATO	019 - ESTATUTO SOCIAL
EVENTO	019 - ESTATUTO SOCIAL

### MATRIZ

NIRE 42400021824  
CNPJ 10.348.181/0001-03  
CERTIFICO O REGISTRO EM 26/05/2023  
SOB N: 20239899482

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 01105637000 - RENATO DE MELLO VIERO - Assinado em 22/05/2023 às 11:17:05  
Cpf: 91937060900 - ARAO JOAO DA SILVA NETO - Assinado em 22/05/2023 às 15:21:12



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

26/05/2023

Certifico o Registro em 26/05/2023 Data dos Efeitos 22/05/2023

Arquivamento 20239899482 Protocolo 239899482 de 12/05/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 122938831629602

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 26/05/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-geral em exercício



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CS0hguXo7L5JNqFrubgJfA&chave2=Ug8cwmsph\_-ckGj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06635920978-JOSE DOMINGOS DE ANDRADE

**Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC**

CNPJ: 10.348.181/0001-03

NIRE Nº: 42400021824

Endereço: Rua 452, nº81, Esquina Marginal Oeste, Bairro Leopoldo Zarling, Itapema - SC

CEP: 88.220-000

Telefone: (47) 3267-2800

**Ata nº. 06/2023 da Reunião do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC**

**I – Data, hora e local:** 21 de junho de 2023, às 08h30, Sala do Conselho da Sede Regional, localizado na Rua 452, nº 81, Esquina Marginal Oeste, Bairro Leopoldo Zarling, na cidade de Itapema/SC.

**II – Presenças:** Sr. José Domingos de Andrade - Presidente, Sr. Roderjan Diehl Volaco - Vice-Presidente, Sr. Fernando José de Oliveira - Conselheiro de Administração, Sr. Edson José Mathias - Conselheiro de Administração, Sr. Leandro Cesar Hunhoff - Conselheiro de Administração, Sra. Fernanda Maria Liebert - Conselheira de Administração, Sra. Luian das Graças Silvestre de Medeiros Buso - Conselheira de Administração, Sr. Leandro de Amorim - Conselheiro de Administração, Sr. André Luiz Daroci - Conselheiro de Administração e Sr. José Altamiro Pereira - Conselheiro de Administração.

**III – Deliberações:**

**Dar Posse aos Eleitos.**

A partir desta data tomam posse os membros do(s) Conselho(s) de Administração eleitos para a gestão 2023-2027, na Assembleia Geral Ordinária de 19/04/2023, tendo em vista homologação do ato pelo Banco Central do Brasil, mediante Ofício 13933/2023-BCB/Deorf/GTPAL, de 29-05-2023.

**Nomeação dos membros da Diretoria Executiva.**

O Presidente iniciou os trabalhos saudando os presentes. Na sequência, esclareceu que em virtude do término do mandato dos membros da Diretoria Executiva da gestão 2019-2023 necessário proceder novo pleito, com a indicação deste Colegiado para recondução dos atuais membros. Nesse sentido, no uso das atribuições que lhe confere o IV, do art. 29 do Estatuto Social, o Conselho de Administração nomeia, por unanimidade de votos, os seguintes membros para compor a Diretoria:

**Diretor Executivo: Sr. Arão João da Silva Neto**, brasileiro, nascido em 17/03/1975, filho de Arlindo Arão da Silva e Erza Herza da Silva, cooperativário, divorciado, inscrito no CPF sob nº 919.370.609-00, portador da cédula de identidade nº 2.869.900, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado nesta cidade de Itapema (SC), na Rua 129 D1, nº 52, Apartamento 1.101, Bairro Centro, CEP 88.220-000.

**Diretor de Operações: Sr. Renato de Mello Viero**, brasileiro, nascido em 26/07/1985, filho de Nilton Luiz Viero e Terezinha Catarina de Mello Viero, cooperativário, solteiro, inscrito no CPF sob nº 011.056.370-00, portador da cédula de identidade nº 7.145.669, expedida pela SSP/SC, residente e domiciliado nesta cidade de Itapema (SC), na Rua 236, nº 536, Apartamento 402, Bairro Meia Praia, CEP 88.220-000.

**Posse:** O Presidente do Conselho declarou nomeados os novos componentes da Diretoria Executiva, e informou ao Conselho que a posse depende da homologação dos nomes pelo Banco Central do Brasil, na forma do art. 3º, V da Resolução CMN/BACEN nº 4.970, de 25-11-2021.



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/09/2023 Data dos Efeitos 19/09/2023

Arquivamento 20238193837 Protocolo 238193837 de 25/08/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 247554998520487

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/09/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral



**Mandato:** O prazo de mandato da Diretoria Executiva é de 4 anos, contados da data do ato de nomeação, e se estenderá nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 32, do Estatuto Social. A permanência dos Diretores nos respectivos cargos compete à anuência do Conselho de Administração (inciso IV, do art. 29 do Estatuto Social).

**Declaração:** Os nomeados declaram que não estão incursos em nenhum dos crimes previstos em lei, que os impeçam de exercer os cargos para os quais foram designados, nem nas vedações estabelecidas nos arts. 51 e 56 da Lei 5.764/71.

Sem mais, eu, Pollyanna Prata Ferreira, secretariei esta ata, que será assinada pelos presentes.

**IV – ASSINATURAS NO LIVRO DE ATAS:**

Presidente, Sr. José Domingos de Andrade

Vice-Presidente, Sr. Roderjan Diehl Volaco

Membros do Conselho de Administração, Sr. Fernando José de Oliveira, Sr. Edson José Mathias, Sr. Leandro Cesar Hunhoff, Sra. Fernanda Maria Liebert, Sra. Luian das Graças Silvestre de Medeiros Buso, Sr. Leandro de Amorim, Sr. André Luiz Daroci e Sr. José Altamiro Pereira.

DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE A PRESENTE ATA É CÓPIA FIEL E AUTÊNTICA DO ITENS 05 e 06 DA ATA Nº 06/2023 DA REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAJAÍ E LITORAL CATARINENSE – SICREDI VALE LITORAL SC.

**Itapema – SC, 21 de junho de 2023.**

**José Domingos de Andrade**  
**Presidente**



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 19/09/2023 Data dos Efeitos 19/09/2023

Arquivamento 20238193837 Protocolo 238193837 de 25/08/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 247554998520487

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/09/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

19/09/2023



238193837

## TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC
PROTOCOLO	238193837 - 25/08/2023
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENTO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

### MATRIZ

NIRE 42400021824  
CNPJ 10.348.181/0001-03  
CERTIFICO O REGISTRO EM 19/09/2023  
SOB N: 20238193837

### EVENTOS

219 - ELEICAO/DESTITUIÇÃO DE DIRETORES ARQUIVAMENTO: 20238193837

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 06635920978 - JOSE DOMINGOS DE ANDRADE - Assinado em 19/09/2023 às 09:31:08



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

19/09/2023

Certifico o Registro em 19/09/2023 Data dos Efeitos 19/09/2023

Arquivamento 20238193837 Protocolo 238193837 de 25/08/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 247554998520487

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/09/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral

**Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC**

CNPJ: 10.348.181/0001-03

NIRE Nº: 42400021824

Endereço: Rua 452, nº81, Esquina Marginal Oeste, Bairro Leopoldo Zarling, Itapema - SC

CEP: 88.220-000

Telefone: (47) 3267-2800

**Ata nº 09/2023 da Reunião do Conselho de Administração da Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC**

**I – Data, hora e local:** 17 de agosto de 2023, às 14h, Sala do Conselho da Sede Regional, localizado na Rua 452, nº 81, Esquina Marginal Oeste, Bairro Leopoldo Zarling, na cidade de Itapema/SC.

**II – Presenças:** Estiveram presentes os Conselheiros de Administração, Srs. Fernando José de Oliveira, Edson José Mathias, Leandro Cesar Hunhoff, Fernanda Maria Liebert, Luian das Graças Silvestre de Medeiros Buso, Leandro de Amorim, André Luiz Daroci, o Presidente, Sr. José Domingos de Andrade o Vice-Presidente, Sr. Roderjan Diehl Volaco. Além disso, foram convidados a participar da reunião o Diretor Executivo, Sr. Arão João da Silva Neto, o Diretor de Operações, Sr. Renato de Mello Viero, o Gerente Regional de Desenvolvimento, Sr. Jofrei Agnes Munaro, o Gerente de Relacionamento e Marketing, Sr. Bruno Daniel Todero e o Gerente de Planejamento Estratégico e Inovação, Sr. Marcelo Henriques Porciuncula.

**III – Deliberações:**

**Dar Posse aos Eleitos.**

A partir desta data, tomam posse os membros da Diretoria Executiva: o Diretor Executivo, Sr. Arão João da Silva Neto e o Diretor de Operações, Sr. Renato de Mello Viero, reconduzidos para a gestão 2023-2027, nomeados na reunião deste Colegiado de 21-06-2023, tendo em vista homologação do ato pelo Banco Central do Brasil, mediante Ofício 18905/2023-BCB/Deorf/GTPAL, de 02-08-2023.

Sem mais, eu, Pollyanna Prata Ferreira, secretariei esta ata, que será assinada pelos presentes.

**IV – ASSINATURAS NO LIVRO DE ATAS:**

Presidente, Sr. José Domingos de Andrade

Vice-Presidente, Sr. Roderjan Diehl Volaco

Membros do Conselho de Administração, Sr. Fernando José de Oliveira, Sr. Edson José Mathias, Sr. Leandro Cesar Hunhoff, Sra. Fernanda Maria Liebert, Sra. Luian das Graças Silvestre de Medeiros Buso, Sr. Leandro de Amorim e Sr. André Luiz Daroci.

DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS QUE A PRESENTE ATA É CÓPIA FIEL E AUTÊNTICA DO ITEM 03 DA ATA Nº 09/2023 DA REUNIÃO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAJAÍ E LITORAL CATARINENSE – SICREDI VALE LITORAL SC.

**Itapema – SC, 17 de agosto de 2023.**

**José Domingos de Andrade**  
**Presidente**



http://assinador.pscs.com.br/assinadorweb/autenticacao?chave1=CS0hguXo717WdyazVikSk0w&chave2=Ug8cwwsph\_-ckGj5CvUIRA  
ASSINADO DIGITALMENTE POR: 06635920978-JOSE DOMINGOS DE ANDRADE



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

Certifico o Registro em 11/09/2023 Data dos Efeitos 06/09/2023

Arquivamento 20238191990 Protocolo 238191990 de 25/08/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 163742324357648

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/09/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral



11/09/2023





238191990

## TERMO DE AUTENTICACAO

NOME DA EMPRESA	COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC
PROTOCOLO	238191990 - 25/08/2023
ATO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO
EVENTO	017 - ATA DE REUNIAO DO CONSELHO DE ADMINISTRACAO

### MATRIZ

NIRE 42400021824  
CNPJ 10.348.181/0001-03  
CERTIFICO O REGISTRO EM 11/09/2023  
SOB N: 20238191990

### REPRESENTANTES QUE ASSINARAM DIGITALMENTE

Cpf: 06635920978 - JOSE DOMINGOS DE ANDRADE - Assinado em 06/09/2023 às 12:14:19



Junta Comercial do Estado de Santa Catarina

11/09/2023

Certifico o Registro em 11/09/2023 Data dos Efeitos 06/09/2023

Arquivamento 20238191990 Protocolo 238191990 de 25/08/2023 NIRE 42400021824

Nome da empresa COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE -  
SICREDI VALE LITORAL SC

Este documento pode ser verificado em <http://regin.jucesc.sc.gov.br/autenticacaoDocumentos/autenticacao.aspx>

Chancela 163742324357648

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 11/09/2023 LUCIANO LEITE KOWALSKI - Secretário-Geral





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

SC

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
1834556516



NOME  
ARAO JOAO DA SILVA NETO

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF  
2869900 SSP SC

CPF  
919.370.609-00

DATA NASCIMENTO  
17/03/1975

FILIAÇÃO  
ARLINDO ARAO DA SILVA  
ERZA HERZA DA SILVA

PERMISSÃO

ACC


CAT. HAB.  
AB

Nº REGISTRO  
00889128766

VALIDADE  
24/03/2024

1ª HABILITAÇÃO  
28/09/1994

1834556516



ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
BALNEARIO CAMBORIU, SC

DATA EMISSÃO  
25/04/2019

ASSINADO DIGITALMENTE  
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

34107684741  
SC144061171

SANTA CATARINA

DENATRAN

CONTRAN

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAN**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1745717968

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1745717968

NOME  
RENATO DE MELLO VIERO

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR/UF  
7145669 SSP SC

CPF  
011.056.370-00

DATA NASCIMENTO  
26/07/1985

FILIAÇÃO  
NILTON LUIZ VIERO  
TEREZINHA CATARINA DE  
MELLO VIERO

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.  
B

Nº REGISTRO  
03009243308

VALIDADE  
09/09/2023

1ª HABILITAÇÃO  
05/09/2003

OBSERVAÇÕES  
A

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
JOINVILLE, SC

DATA DE EMISSÃO  
13/09/2018

86558658075  
SC138379408

Vanderlei O. Rosa  
Diretor do DENATRAN  
ASSINATURA DO EMISSOR

SANTA CATARINA

DENATRAN CONTRAN



### CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC			
Natureza Jurídica: COOPERATIVA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42400021824	10.348.181/0001-03	10/09/2008	14/05/2008
Endereço: RUA 452, 81, LEOPOLDO ZARLING, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			
OBJETO SOCIAL			
ART. 3 A COOPERATIVA TEM COMO OBJETO SOCIAL: I - PRATICAR AS OPERAÇÕES PRÓPRIAS DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO, INCLUSIVE FINANCIAMENTO HABITACIONAL, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO VIGENTES; II - PROPICIAR AOS SEUS ASSOCIADOS, INCLUSIVE MEDIANTE CONVÊNIO COM ENTIDADE PÚBLICA OU PRIVADA, NOS TERMOS DA REGULAMENTAÇÃO VIGENTE, O ACESSO A PRODUTOS DE SEGUROS, PLANOS DE PREVIDÊNCIA, CONSÓRCIOS, EMISSÃO E ADQUIRÊNCIA DE CARTÕES E OUTROS MEIOS DE PAGAMENTO, COMPENSAÇÃO DE CHEQUES E OUTROS PAPÉIS, CRÉDITO COM RECURSOS OFICIAIS OU REPASSADOS POR OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS, CÂMBIO, POUPANÇA, FUNDOS E CLUBES DE INVESTIMENTO, E QUALQUER OUTRO PRODUTO E SERVIÇO FINANCEIRO E NÃO FINANCEIRO, NÃO VEDADO PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE; III - DESENVOLVER E IMPLEMENTAR PROGRAMAS EDUCACIONAIS, DE PESQUISA, DE ENSINO E DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, DENTRE OUTROS, QUE TENHAM COMO OBJETO A PRÁTICA DO COOPERATIVISMO, DO EMPREENDEDORISMO, DA CIDADANIA, DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DE OUTROS VALORES UNIVERSAIS. EM TODOS OS ASPECTOS DE SUAS ATIVIDADES SERÃO RIGOROSAMENTE OBSERVADOS OS PRINCÍPIOS DA NEUTRALIDADE POLÍTICA E INDISCRIMINAÇÃO RELIGIOSA, RACIAL E SOCIAL. A COOPERATIVA PODERÁ, A SEU CRITÉRIO, DISPONIBILIZAR A NÃO ASSOCIADOS TODOS OS PRODUTOS E SERVIÇOS FINANCEIROS E NÃO FINANCEIROS PERMITIDOS OU NÃO VEDADOS PELA LEGISLAÇÃO VIGENTE, INCLUSIVE SERVIÇOS DE PAGAMENTO NAS MODALIDADES DE CREDENCIADOR E DE INICIADOR DE TRANSAÇÃO DE PAGAMENTO. ART. 4 A COOPERATIVA PODE, AINDA, NOS LIMITES DA LEGISLAÇÃO, REGULAMENTAÇÃO E DAS NORMAS SISTÊMICAS, PARTICIPAR DO CAPITAL DE OUTRAS EMPRESAS OU ENTIDADES DO SISTEMA, ASSIM COMO VALER-SE DOS SERVIÇOS DA CENTRAL E DAS DEMAIS ENTIDADES INTEGRANTES DO SICREDI, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO ÀQUELAS ATIVIDADES QUE POSSAM SER ORGANIZADAS EM COMUM COM O OBJETIVO DE GANHO DE ESCALA. A COOPERATIVA TAMBÉM PODERÁ PARTICIPAR DE OUTRAS EMPRESAS OU ENTIDADES, NÃO INTEGRANTES DO SISTEMA SICREDI, INCLUSIVE DE NATUREZA NÃO COOPERATIVA, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DE PROPÓSITOS COMPLEMENTARES OU ACESSÓRIOS, NO INTERESSE DO QUADRO SOCIAL E DA COMUNIDADE, OBSERVADOS OS NORMATIVOS INTERNOS E A LEGISLAÇÃO VIGENTE.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 20.000,00 VINTE MIL REAIS  Capital integralizado: R\$ 20.000,00 VINTE MIL REAIS		Não	XXXXXX
DIRETORIA / TÉRMINO DO MANDATO /			
Nome/CPF	Término do mandato	Cond./Administrador	
RENATO DE MELLO VIERO 011.056.370-00	21/06/2027	DIRETOR - DIRETOR DE OPERAÇÕES	
JOFREI AGNES MUNARO 589.123.120-49	21/06/2027	DIRETOR - DIRETOR DE NEGÓCIOS	
ARAO JOAO DA SILVA NETO 919.370.609-00	21/06/2027	DIRETOR - DIRETOR EXECUTIVO	



### CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC			
Natureza Jurídica: COOPERATIVA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42400021824	10.348.181/0001-03	10/09/2008	14/05/2008
Endereço: RUA 452, 81, LEOPOLDO ZARLING, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data	Número		
04/01/2024	42901420217	REGISTRO ATIVO	SEM STATUS
Ato: 017 - ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Evento: 023 - ABERTURA DE FILIAL NA UF DA SEDE			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: 42900883655	CNPJ: 10.348.181/0002-86		
Endereço: AVENIDA DO ESTADO DALMO VIEIRA, 4910, DOS ESTADOS, BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC - CEP: 88339060			
NIRE: 42900945383	CNPJ: 10.348.181/0003-67		
Endereço: RUA SIRIRI, 590, BOMBAS, BOMBINHAS, SC - CEP: 88215000			
NIRE: 42900960765	CNPJ: 10.348.181/0004-48		
Endereço: RUA 250, 500 ESQUINA COM A TERCEIRA AVENIDA, MEIA PRAIA, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			
NIRE: 42901010973	CNPJ: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx		
Endereço: TERCEIRA AVENIDA, 503 ESQUINA COM A RUA 250, MEIA PRAIA, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			
NIRE: 42901010981	CNPJ: 10.348.181/0007-90		
Endereço: R BRUSQUE, 1226, DOM BOSCO, ITAJAÍ, SC - CEP: 88303391			
NIRE: 42901010990	CNPJ: 10.348.181/0005-29		
Endereço: R SAO PAULO, 65 SALA : 01,, CENTRO, BLUMENAU, SC - CEP: 89010175			
NIRE: 42901011007	CNPJ: 10.348.181/0006-00		
Endereço: RUA RODRIGUES ALVES, 247, CENTRO, BRUSQUE, SC - CEP: 88350160			
NIRE: 42901016459	CNPJ: 10.348.181/0008-71		
Endereço: RUA LUCIO JOAQUIM MENDES, 25, VILA NOVA, PORTO BELO, SC - CEP: 88210000			
NIRE: 42901028741	CNPJ: 10.348.181/0009-52		
Endereço: RUA SANTO INÁCIO, 446, CENTRO, NOVA TRENTO, SC - CEP: 88270970			
NIRE: 42901064682	CNPJ: 10.348.181/0010-96		
Endereço: RUA 412-A, 265 ESQ. RUA 422, MORRETES, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			
NIRE: 42901073096	CNPJ: 10.348.181/0011-77		
Endereço: AVENIDA VEREADOR MANOEL JOSE DOS SANTOS, 1144 LOJA 15 PAVMTO L1, CENTRO, BOMBINHAS, SC - CEP: 88215000			



### CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC			
Natureza Jurídica: COOPERATIVA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42400021824	10.348.181/0001-03	10/09/2008	14/05/2008
Endereço: RUA 452, 81, LEOPOLDO ZARLING, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			
NIRE: 42901103246	CNPJ: 10.348.181/0012-58	Endereço: RUA FREI ESTANISLAU SCHAEETTE, 106 LOJA: 1 E 2,, AGUA VERDE, BLUMENAU, SC - CEP: 89037000	
NIRE: 42901109619	CNPJ: 10.348.181/0013-39	Endereço: RUA GUSTAVO RICHARD, 209, CENTRO, CAMBORIÚ, SC - CEP: 88340281	
NIRE: 42901138023	CNPJ: 10.348.181/0014-10	Endereço: RUA MARTIN LUTHER, 135, CENTRO, BRUSQUE, SC - CEP: 88350045	
NIRE: 42901162412	CNPJ: 10.348.181/0015-09	Endereço: RUA ESTEFANO JOSE VANOLLI, 284, SAO VICENTE, ITAJAÍ, SC - CEP: 88309200	
NIRE: 42901174976	CNPJ: 10.348.181/0016-81	Endereço: AV GOVERNADOR CELSO RAMOS, 444 AO LADO DO POSTO DE SAUDE CENTRAL, CENTRO, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000	
NIRE: 42901216601	CNPJ: 10.348.181/0017-62	Endereço: R GERMANO BRANDES SENIOR, 740, CENTRO, TIMBÓ, SC - CEP: 89120000	
NIRE: 42901216610	CNPJ: 10.348.181/0018-43	Endereço: R BOTUVERA, 197, DOM JOAQUIM, BRUSQUE, SC - CEP: 88359002	
NIRE: 42901271823	CNPJ: 10.348.181/0019-24	Endereço: RUA MONTE AGULHAS NEGRAS, 512 SALA:, MONTE ALEGRE (MONTE ALEGRE), CAMBORIÚ, SC - CEP: 88348408	
NIRE: 42901273184	CNPJ: 10.348.181/0020-68	Endereço: RUA BALEIA JUBARTE, 242 SALA:02, JOSÉ AMÂNDIO, BOMBINHAS, SC - CEP: 88215000	
NIRE: 42901279476	CNPJ: 10.348.181/0022-20	Endereço: RODOVIA ANTONIO HEIL, 21100 SALA:01, LIMOEIRO, ITAJAÍ, SC - CEP: 88318482	
NIRE: 42901279638	CNPJ: 10.348.181/0023-00	Endereço: RUA PEDRO FRANCISCO DE SOUZA, 913 SALA:, SAO DOMINGOS, NAVEGANTES, SC - CEP: 88370546	
NIRE: 42901308654	CNPJ: 10.348.181/0024-91	Endereço: AVENIDA HIRONILDO CONCEIÇÃO DOS SANTOS, 640, PEREQUE, PORTO BELO, SC - CEP: 88210000	
NIRE: 42901310489	CNPJ: 10.348.181/0025-72	Endereço: AVENIDA DO ESTADO DALMO VIEIRA, 2450, DAS NACOES, BALNEÁRIO CAMBORIÚ, SC - CEP: 88338065	





### CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC			
Natureza Jurídica: COOPERATIVA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42400021824	10.348.181/0001-03	10/09/2008	14/05/2008
Endereço: RUA 452, 81, LEOPOLDO ZARLING, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			
NIRE: 42901334990 CNPJ: 10.348.181/0026-53 Endereço: RUA CORONEL BUCHELLE, 945, CENTRO, TIJUCAS, SC - CEP: 88200000			
NIRE: 42901343450 CNPJ: 10.348.181/0027-34 Endereço: RUA BRUSQUE, 689, CENTRO, GUABIRUBA, SC - CEP: 88360000			
NIRE: 42901363752 CNPJ: 10.348.181/0028-15 Endereço: RUA EXPEDICIONÁRIO HERCÍLIO GONÇALVES, 447, DAS NAÇÕES, INDAIAL, SC - CEP: 89082012			
NIRE: 42901380037 CNPJ: 10.348.181/0029-04 Endereço: RUA AMAZONAS, 2515 SALA:4, GARCIA, BLUMENAU, SC - CEP: 89022003			
NIRE: 42901395166 CNPJ: 10.348.181/0030-30 Endereço: RUA LUIZ ABRY, 171, CENTRO, POMERODE, SC - CEP: 89107000			
NIRE: 42901397363 CNPJ: 10.348.181/0031-10 Endereço: RUA DR PEDRO ZIMMERMANN, 6.290, ITROUPAVA CENTRAL, BLUMENAU, SC - CEP: 89068004			
NIRE: 42901408799 CNPJ: 10.348.181/0032-00 Endereço: RUA FELIPE REISER, 708, SAO JOÃO, ITAJAÍ, SC - CEP: 88304360			
NIRE: 42901408802 CNPJ: 10.348.181/0033-82 Endereço: RUA BENJAMIM DUARTE, 296 SALA 01, CENTRO, SÃO JOÃO BATISTA, SC - CEP: 88240000			
NIRE: 42901408811 CNPJ: 10.348.181/0034-63 Endereço: RUA 452, 81 PAVMTO:TERCEIRO PAVIMENTO, LEOPOLDO ZARLING, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			
NIRE: 42901418743 CNPJ: 10.348.181/0035-44 Endereço: RUA BARAO DO RIO BRANCO, 191, SETE DE SETEMBRO, GASPAR, SC - CEP: 89114730			
NIRE: 42901420217 CNPJ: 10.348.181/0036-25 Endereço: AVENIDA GOVERNADOR CELSO RAMOS, 2500 ANEXO PREFEITURA, CENTRO, PORTO BELO, SC - CEP: 88210000			
Observação			





Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração



### CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC			
Natureza Jurídica: COOPERATIVA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42400021824	10.348.181/0001-03	10/09/2008	14/05/2008
Endereço: RUA 452, 81, LEOPOLDO ZARLING, ITAPEMA, SC - CEP: 88220000			

FLORIANÓPOLIS - SC, 29 de Janeiro de 2024

LUCIANO LEITE KOWALSKI

## DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

A Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.348.181/0001-03, sediada na Rua 452, nº 81, bairro Leopoldo Zarling, município de Itapema (SC), CEP 88.220-000, declara, sob as penas da lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Itapema, 27 de março de 2024.

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Arão João da Silva Neto

CPF 919.370.609-00

DOC de Identidade 2869900 SSPSC

Diretor Executivo

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Renato de Mello Viero

CPF 011.056.370-00

DOC de Identidade 7145669 SSPSC

Diretor de Operações

## DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.348.181/0001-03, sediada na Rua 452, nº 81, bairro Leopoldo Zarling, município de Itapema (SC), por intermédio de seus representantes Legais o Sr. Arão João da Silva Neto, diretor Executivo, portador da Carteira de Identidade nº 2869900 SSPSC e do CPF nº 919.370.609-00 e, Sr. Renato de Mello Viero, diretor de Operações, portador da Carteira de Identidade nº 7145669 SSPSC e do CPF nº 011.056.370-00, DECLARA, para fins do disposto no inscrito no inciso XXXIII, do artigo 7, da Constituição Federal, que não empresa menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empresa menor de dezesseis anos.

Ressalva: ( x ) emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

Itapema, 27 de março de 2024.

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Arão João da Silva Neto

CPF 919.370.609-00

DOC de Identidade 2869900 SSPSC

Diretor Executivo

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Renato de Mello Viero

CPF 011.056.370-00

DOC de Identidade 7145669 SSPSC

Diretor de Operações

## DECLARAÇÃO DE INEXISTENCIA DE SERVIDOR

A Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.348.181/0001-03, sediada na Rua 452, nº 81, bairro Leopoldo Zarling, município de Itapema (SC), CEP 88.220-000, por seu representante legal abaixo assinado, DECLARA que nenhum dos seus dirigentes, gerentes ou acionistas detentores de mais de 5% (cinco) por cento do capital ou controlador, responsável técnico, funcionário ou subcontratados, são servidores da Prefeitura de Nova Trento, sob qualquer regime de contratação.

Itapema, 27 de março de 2024.

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Arão João da Silva Neto

CPF 919.370.609-00

DOC de Identidade 2869900 SSPSC

Diretor Executivo

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Renato de Mello Viero

CPF 011.056.370-00

DOC de Identidade 7145669 SSPSC

Diretor de Operações

**DECLARAÇÃO DE REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO**

A Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.348.181/0001-03, sediada na Rua 452, nº 81, bairro Leopoldo Zarling, município de Itapema (SC), por seus representantes legais abaixo assinados, DECLARA que para os devidos fins da proposta econômica para o Pregão 01/2024, processo 02/2024, da Prefeitura de Nova Trento (SC), na contratação desta, o contrato será assinado:

Se digitalmente, por certificado digital, por seus representantes legais: **ARÃO JOÃO DA SILVA NETO**, brasileiro, divorciado, diretor executivo, nascido aos 17/03/1975, portador da CNH nº 00889128766, expedida pelo DETRAN/SC, inscrito no CPF sob número 919.370.609-00, residente e domiciliado na Rua 129 D1, nº 52, apartamento 1101 Centro, Itapema (SC), CEP 88.220-000; - e -

**RENATO DE MELLO VIERO**, brasileiro, casado, nascido aos 26/07/1985, portador da CNH nº 03009243308, expedida pelo DETRAN/SC, inscrito no CPF sob número 011.056.370-00, residente e domiciliado nesta cidade de Itapema/SC, na Rua 236 nº 536, apartamento 402, Meia Praia, Itapema (SC), CEP 88.220-000.

Se físico, em via impressa, por seu procurador: **ROBSON FRANÇA**, brasileiro, solteiro, cooperavitário, nascido aos 16/08/1988, portador da C.I nº 77455639, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF sob número 066.462.299-29, residente e domiciliado na Rua Erico Osvaldo Feller, nº 345, casa, Centro, Nova Trento (SC), CEP 88.270-000.

Itapema, 27 de março de 2024.

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e  
Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Arão João da Silva Neto

CPF 919.370.609-00

DOC de Identidade 2869900 SSPSC

Diretor Executivo

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e  
Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Renato de Mello Viero

CPF 011.056.370-00

DOC de Identidade 7145669 SSPSC

Diretor de Operações

## DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS

A Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC, inscrita no CNPJ sob nº 10.348.181/0001-03, sediada na Rua 452, nº 81, bairro Leopoldo Zarling, município de Itapema (SC), CEP 88.220-000, declara, sob as penas da lei, que atende plenamente os requisitos de habilitação constantes do edital do Pregão nº 01/2024, da Prefeitura Municipal de Nova Trento (SC).

Itapema, 27 de março de 2024.

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Arão João da Silva Neto

CPF 919.370.609-00

DOC de Identidade 2869900 SSPSC

Diretor Executivo

---

Cooperativa de Crédito do vale do Itajaí e Litoral Catarinense – Sicredi Vale Litoral SC

Renato de Mello Viero

CPF 011.056.370-00

DOC de Identidade 7145669 SSPSC

Diretor de Operações



## CERTIDÃO

Certifica-se que, nesta data, o (a) COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC (CNPJ 10.348.181/0001-03) encontra-se na situação **Autorizada em Atividade**, no segmento **Cooperativa de Crédito**, estando habilitada, nos termos da legislação em vigor, a praticar operações permitidas às instituições da espécie e credenciada como participante do PIX. Atestamos também que a referida instituição possui autorização para executar operações em:

- Crédito Rural

2. Certifica-se, ainda, que, quando da emissão desta certidão, constava em nossos cadastros que a instituição não se encontrava submetida a regime de administração especial temporária, de intervenção ou de liquidação extrajudicial por parte deste Banco Central.

3. Certidão emitida eletronicamente às 12:05:28 do dia 27/3/2024, com base na Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995. Para verificar a autenticidade deste documento acesse o endereço <https://www3.bcb.gov.br/certiaut/validar>.

Código de validação: MXxlxFygluDAYFW4GbFJ

Certidão emitida gratuitamente.



**CERTIDÃO RECUPERAÇÃO JUDICIAL, EXTRAJUDICIAL E FALÊNCIA Nº: 1923609**  
**Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)**

**CERTIFICAMOS**, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais, **NÃO CONSTAM** em tramitação nas comarcas do Estado de Santa Catarina **AÇÕES FALIMENTARES EM GERAL** contra:

**NOME: COOPERATIVA DE CRÉDITO DO VALE DO ITAJAÍ E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC**

Raiz do CNPJ: 10.348.181

País endereço da sede : BRASIL

Estado endereço da sede : SANTA CATARINA

Município endereço da sede : ITAPEMA

Endereço da sede : Rua 452, 81, Leopoldo Zarling

Certidão emitida às 17:17 de 21/03/2024.

a) Os dados que serviram de parâmetro para a realização da busca e para expedição desta certidão são de responsabilidade do(a) solicitante, inexistindo qualquer conexão com a Receita Federal ou outra instituição pública para autenticação das informações prestadas, competindo ao(à) interessado(a) ou destinatário(a) sua conferência.

b) Certidão expedida gratuitamente, nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e Resolução Conjunta GP/CGJ n. 6/2023.





# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>10.348.181/0001-03</b> MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA <b>10/09/2008</b>
NOME EMPRESARIAL <b>COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC</b>		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>SICREDI VALE LITORAL SC</b>		PORTE <b>DEMAIS</b>
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>64.24-7-03 - Cooperativas de crédito mútuo</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>Não informada</b>		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>214-3 - Cooperativa</b>		
LOGRADOURO <b>R 452</b>	NÚMERO <b>81</b>	COMPLEMENTO <b>*****</b>
CEP <b>88.220-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>LEOPOLDO ZARLING</b>	MUNICÍPIO <b>ITAPEMA</b>
UF <b>SC</b>		
ENDEREÇO ELETRÔNICO <b>ARAO_SILVA@SICREDI.COM.BR</b>	TELEFONE <b>(47) 3267-2800</b>	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>		
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>10/09/2008</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **21/03/2024** às **15:53:59** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 10.348.181/0001-03  
**Razão Social:** COOP DE CREDITO DE LIVRE ADM DE ASSOC DO LITORAL CAT  
**Endereço:** R 264 239 / MEIA PRAIA / ITAPEMA / SC / 88220-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 12/03/2024 a 10/04/2024

**Certificação Número:** 2024031218343245627135

Informação obtida em 27/03/2024 12:09:37

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI  
VALE LITORAL SC**  
**CNPJ: 10.348.181/0001-03**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 15:59:23 do dia 21/03/2024 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 17/09/2024.

Código de controle da certidão: **DF5B.3FB4.713C.A59F**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



**ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS**

Nome (razão social): **COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICRE  
LITORAL SC**  
CNPJ/CPF: **10.348.181/0001-03**

**Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.**

Dispositivo Legal: **Lei nº 3938/66, Art. 154**  
Número da certidão: **230140376604502**  
Data de emissão: **11/12/2023 17:07:43**  
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158): **08/06/2024**

**A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>**



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEMA  
SECRETARIA DE FINANÇAS

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO NEGATIVO	Nº: 0233102
---------------------------------------	-------------

Informações do Contribuinte			
CÓDIGO 53264	NOME DO CONTRIBUINTE COOP. CREDITO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE	CPF / CNPJ 10.348.181/0001-03	
ENDEREÇO RUA 452	NÚMERO 81	COMPLEMENTO	BAIRRO LEOPOLDO ZARLING
NÚMERO CEP 88220000	MUNICÍPIO - UF ITAPEMA - SC	APTO / SALA	NOME EDIFÍCIO

Informações do Requerente		
Nº DE DOCUMENTO 08097541939	NOME DO REQUERENTE Daniela Molinari Dalmolin de Mattos	FINALIDADE Fins de direito
OBSERVAÇÕES		

Data de Emissão: 27/03/2024    Hora de Emissão: 11:03:52	Validade: 26/05/2024
--	----------------------

Certificamos que contribuinte acima identificado, possui débitos tributários **À VENCER** junto a esta Municipalidade em relação ao **OBJETO** acima citado com exigibilidade suspensa ou a vencer, em virtude da ocorrência de uma das causas previstas no artigo 230 do Código Tributário Municipal (LC 38/11).

ITAPEMA(SC), 27 de Março de 2024



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL  
CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 10.348.181/0001-03  
Certidão nº: 20642079/2024  
Expedição: 27/03/2024, às 12:24:29  
Validade: 23/09/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **COOPERATIVA DE CREDITO DO VALE DO ITAJAI E LITORAL CATARINENSE - SICREDI VALE LITORAL SC (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.348.181/0001-03**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.